

Artigo / Dossiê Migrações, exílios e diásporas: o mundo em movimento no século XIX

Trabalho e mutualismo entre portugueses na Amazônia: o caso dos aveirenses (Pará, 1882-1918)

Anndrea Caroliny da Costa Tavares, *Universidade Federal do Pará* ✉  

Palavras-chave:

imigração;
Amazônia;
redes sociais

Resumo. A sociedade amazônica do século XIX, forjada em grande medida pela exploração da borracha silvestre, foi, na realidade, sustentada por uma diversidade de relações socioprofissionais menos visíveis, que movimentavam a base da economia, sobretudo ao longo dos rios. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é analisar o trabalho marítimo desempenhado por imigrantes portugueses entre os anos de 1882 e 1918, investigando as redes sociais constituídas por esses trabalhadores, as quais incluíam vínculos familiares, arranjos de moradia e práticas de auxílio mútuo que, frequentemente, transcendiam seus marcadores de origem.

Keywords:

immigration;
Amazon; social
networks

[EN] Work and mutualism among the Portuguese in the Amazon: the case of the people from Aveiro (Pará, 1882–1918)

Abstract. Amazonian society in the nineteenth century, shaped to a large extent by the exploitation of wild rubber, was, in fact, sustained by a diversity of less visible socio-professional relations that underpinned the economic base, particularly along the rivers. In this context, the objective of this study is to analyze the maritime labor performed by Portuguese immigrants between 1882 and 1918, while also investigating the social networks formed by these workers, which included family ties, housing arrangements, and practices of mutual aid that frequently transcended their markers of origin.

Palabras clave

inmigración;
Amazonia;
redes sociales.

[ES] Trabajo y mutualismo entre Portugueses en la Amazonía: el caso de los aveirenses (Pará, 1882-1918)

Resumen. La sociedad amazónica del siglo XIX, forjada en gran medida por la explotación del caucho silvestre, estuvo, en realidad, sustentada por una diversidad de relaciones socioprofesionales menos visibles que dinamizaban las bases de la economía, especialmente a lo largo de los ríos. En este sentido, el presente estudio tiene como objetivo analizar el trabajo marítimo desempeñado por inmigrantes portugueses entre los años 1882 y 1918, así como investigar las redes sociales constituidas por dichos trabajadores, las cuales incluían vínculos familiares, arreglos de vivienda y prácticas de ayuda mutua que, con frecuencia, trascendían sus marcadores de origen.

Introdução

Diferentes estudos contribuíram, intencionalmente ou não, para a formação de uma identidade laboral dos portugueses, enquadrando-os, sobretudo, como agentes das atividades comerciais (Cancela; Barroso, 2011; Carvalho, 2011; Fontes, 2002a e

2002b; Tavares, 2017). No entanto, grande parte desses estudos foi elaborada a partir de documentações elaboradas em períodos após a sua chegada ao Pará. Os inventários *post mortem*, por exemplo, são um retrato do fim da vida do indivíduo, potencialmente marcada por diversas mudanças no intervalo entre a chegada e a feitura do processo judicial de inventário. Tal condição culminou com uma generalização entre imigrantes de origem portuguesa e as suas respectivas atividades laborais na região amazônica.

Esse perfil mais generalista em torno dos portugueses é desafiado por outras fontes que ampliam a nossa visão no que concerne ao mundo do trabalho amazônico e à diversidade de ocupações que marcaram os diferentes processos migratórios de lusitanos a essa região. É, precisamente, o que demonstram vários artigos em periódicos que mencionam a criação de uma companhia de pescadores com imigrantes portugueses, como a nota “*Assemblée Provincial*” publicada no jornal *A Constituição* em outubro de 1884, na qual se descreve a empreitada que desejava realizar no Pará o “senhor de agências” José Maria Urbano de Figueiredo.

José Maria solicitou à Assembleia Provincial do Pará uma subvenção de 60 contos de réis para criar a *Companhia de Pescadores Portugueses*, trazidos de forma dirigida para atuar nas águas próximas a Belém. Esses “pescadores de profissão”, como José Maria descreveu-os, seriam naturais de Póvoa de Varzim, no litoral do distrito do Porto, e viriam suprir as necessidades da “insignificante” indústria pesqueira paraense, que não conseguia atender às crescentes demandas demográficas da região. Embora a proposta tenha sido bem avaliada pela Assembleia, foi negada, com a justificativa de que já existiam companhias particulares de pesca estabelecidas na capital paraense, muito possivelmente alinhadas aos interesses econômicos da burocracia provincial¹.

A proposta de José Maria Urbano destaca, pelo menos, duas condições importantes para o contexto paraense e para o mundo do trabalho dedicado aos imigrantes portugueses. Primeiro, a necessidade de maior estruturação e oferta de empresas para o abastecimento da capital e arredores, especialmente durante o *boom* da economia da borracha a partir da década de 1870, perdurando até 1909. Esse período de crescimento populacional atraiu estrangeiros e migrantes nacionais interessados na promissora economia amazônica. Outrossim, a proposta de uma Companhia de Pescadores Portugueses provavelmente alinhava-se aos interesses de José Maria Urbano como “agenciador”.

Em segundo lugar, a ideia de compor a companhia pesqueira com portugueses trazidos de maneira dirigida, ou seja, tutelados por empresas, agentes particulares ou públicos, configura-se um indício relevante da diversidade de perspectivas que marcou a empregabilidade dos portugueses. Para além do setor terciário como o grande comerciante, proprietário ou caixeiro (Tavares, 2017), essa população imigrante exerceu diversas funções que atendiam às demandas urbanas em Belém,

¹ *O Liberal do Pará*, n. 44, 22 fev. 1889. p. 1. Biblioteca Nacional Digital.

como aguadeiros (Almeida, 2010), padeiros (Fontes, 2002a), amas de leite (Fontes, 2002b), costureiras (Cancela; Tavares, 2023), entre outras.

À luz dessa pluralidade ocupacional dos portugueses, este estudo debruça-se, em particular, sobre aqueles envolvidos nas atividades marítimas locais. A finalidade deste estudo é analisar o trabalho marítimo exercido por esses imigrantes no período compreendido entre 1882 e 1918, recorte que abrange tanto a fase de expansão quanto o declínio da economia gomífera amazônica, bem como o contexto de intensificação da imigração estrangeira ao Brasil. Nele, examinam-se as redes sociais constituídas por esses trabalhadores, as quais envolviam vínculos familiares, formas de organização da moradia e práticas de auxílio mútuo que, em muitos casos, transcendiam marcadores de origem e pertencimento. Tais configurações evidenciam, igualmente, dinâmicas de solidariedade e de tensão presentes no cotidiano das camadas populares que não estavam inseridas, diretamente, nas redes de exploração e negociação da borracha silvestre.

Os sujeitos: origens e movimentações atlânticas

Os sujeitos analisados neste trabalho são naturais do distrito litorâneo de Aveiro, condição que assegurava a muitos o contato precoce com atividades profissionais ligadas ao ambiente marítimo. O conhecimento de seus arranjos familiares e socioprofissionais é factível graças aos registros de pedidos de passaportes para o Pará, emitidos pelo Governo Civil do referido distrito. Entre os anos de 1882 e 1918, foram registrados 13.680 pedidos de passaportes para a primeira viagem e para remigrações². Esse quantitativo aponta para uma recorrente circulação transatlântica, facilitada pela reiterada movimentação de embarcações nos circuitos para a Amazônia. Sob diferentes bandeiras, tais embarcações intercalavam as saídas de Lisboa em direção ao Norte, com o Pará e o Amazonas destacando-se como importantes centros regionais, em um movimento de trocas econômicas, culturais e simbólicas.

Embora grande parte dessa emigração fosse determinada, inicialmente, pela esfera familiar, que decidia a respeito de quando e para onde emigrar, na prática, concretizava-se pelo alinhamento de interesses entre essa esfera e as disposições individuais, ajustadas às redes sociais. Tais redes, formadas e reformadas pelas interações entre os indivíduos e as estruturas sociais em que se inseriam (Imízcoz, 2004), sustentavam redes migratórias que articulavam contatos ainda em Portugal e projetavam-nos aos destinos pretendidos. Envolvendo familiares, vizinhos, empregadores, agentes de Estado, comandantes de navios, religiosos e outros, esses

² ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. Fundo do Governo Civil, *Livros de Registros de Passaportes (1882-1918)*. Os passaportes e outros documentos oficiais representam apenas uma parte da história migratória, capturando, principalmente, a emigração legal. No entanto, há uma parcela significativa de emigração clandestina que esses instrumentos não conseguem registrar.

circuitos sustentavam uma cadeia de informações que aumentava a confiabilidade do deslocamento transatlântico.

As informações que retroalimentaram muitas redes migratórias de Aveiro ao Pará foram sustentadas tanto pelas experiências compartilhadas dos retornados quanto por notícias veiculadas em periódicos. Destacam-se, nesse contexto, o *Concelho de Estarreja* e o *Jornal d'Estarreja*, que nomeou um representante oficial em Belém e mantinha uma seção fixa intitulada "Cartas do Pará". Nessa seção, divulgavam-se informações diversas sobre a movimentação dos patrícios e suas atividades políticas, sociais e beneméritas, além de notas sobre a economia, artigos de opinião acerca da vivência amazônica, felicitações de aniversário, reclamações, obituários, registros de chegada e outros assuntos (Tavares, 2021).

Os passaportes analisados registraram a saída majoritariamente de uma população masculina (96,8%), com concentração etária entre 10 e 44 anos (92,7%) e predominância de indivíduos casados (50,88%). Um contingente, preponderantemente, rural que escolheu o Brasil como trajetória habitual nas emigrações oitocentistas, com concentração, em ordem de importância, nas províncias, depois estados, do Rio de Janeiro, Pará, São Paulo e Rio Grande do Sul, em ordem de importância (Lopes, 1995). Quanto às ocupações, esses documentos dão conta de um volume expressivo de sujeitos inseridos no setor primário da economia entre a agricultura e a pesca, correspondendo a 5.813 registros (42%), seguidos por 5.100 registros (37%) de trabalhadores terciários e, por fim, os secundários, com 2.073 passaportes (15%).

As atividades marítimas em Aveiro, que incluem pesca, transporte com barqueiros, catraieiros, fragateiros e mercantis, foram praticadas por 18% (2.481) dos emigrados ao Pará, de um total de 13.680. Essas atividades eram realizadas ao longo da Ria, uma grande laguna que atravessa vários concelhos, tendo significativa extensão e densidade nos concelhos litorâneos de Ovar e Estarreja, especialmente nesse último, na freguesia da Murtosa. Composta em grande parte por áreas navegáveis, a Ria assegurava o sustento dos concelhos próximos por intermédio da pesca, do transporte de pessoas e cargas e pela agricultura irrigada por suas lagoas. Desequilíbrios nessa estrutura, potencialmente, contribuíram para a emigração das populações locais. Estarreja, por exemplo, registrou 5.403 pedidos de passaportes ao Pará, representando 39,5% das saídas, tornando-se a unidade de maior emigração, seguida por Ovar, com 2.818 passaportes (20,6% do total).

Dentro do concelho de Estarreja, a freguesia da Murtosa foi a mais afetada pelos desequilíbrios na Ria. As demandas da pesca nessa região, incluindo variações climáticas, reprodução de espécies, ofertas de mercado, inserção das grandes empresas pesqueiras e mecanização, foram importantes propulsoras da emigração dos murtoseiros ao Pará. Dos 5.403 emigrantes naturais de Estarreja, 2.937 saíram dessa freguesia, representando mais da metade (54%) dos emigrados.

A atividade piscatória na Murtosa começou a ser afetada no final do século XVII, quando a comunicação com o mar começou a assorear, encerrando-se, definitivamente, no século XVIII. Como alternativa, as famílias direcionaram a pesca para as águas do mar, nos meses quentes, na costa da Torreira. Nos meses de inverno, quando o pescado tornava-se escasso para alimentação e comércio, a estratégia foi migrar internamente para áreas do rio Tejo, ou de forma transatlântica (Pereira, 2016).

Quanto ao concelho de Ovar, a atividade piscatória é característica da região litorânea do Furadouro, onde há tanto um povoamento permanente de pescadores quanto um importante centro da pesca de arrasto no litoral norte português. Essa estrutura produtiva, contudo, mostrou-se vulnerável ao final do século XIX, quando a classe piscatória enfrentou crises pontuais em decorrência de sucessivos incêndios nos palheiros da costa e no centro da vila do Furadouro. Entre 1881 e 1910, dez grandes sinistros afetaram a região, levando dezenas de famílias à miséria em virtude da perda de mercadorias e de aparelhos de pesca (Oliveira, 2007). Tais eventos podem estar associados aos elevados índices de emigração.

O deslocamento de grupos familiares de Ovar ao Pará, em particular aqueles ocupados em atividades marítimas e potencialmente afetados pelos eventos adversos, foi significativo. Um exemplo relevante é a família Leite Brandão, que concentrou 23 registros de passaportes entre os anos de 1882 e 1908, todos acompanhados da declaração da ocupação de “marítimo” nas diversas entradas no Pará.

Manoel Leite foi o primeiro membro da família Leite Brandão a emigrar, conforme identificado nos registros de passaportes em 1882, quando tinha 32 anos e era solteiro³. No ano seguinte, seu irmão José Leite Brandão, também solteiro e com 40 anos, seguiu os seus passos⁴. Apesar de ter sido o pioneiro na emigração, Manoel Leite retornou ao Pará apenas seis anos depois, em 1888⁵. Por outro lado, o seu irmão José manteve um padrão de deslocamento mais frequente, com intervalos de pouco mais de um ano, conforme demonstram os pedidos de passaporte emitidos em 1884⁶ e 1886⁷, sua última entrada registrada.

³ ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. *Registro de Pedido de Passaporte de Manoel Leite Brandão*, 1882. Livro 11, p. 6v, registro 35.

⁴ ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. *Registro de Pedido de Passaporte de José Leite Brandão*, 1883. Livro 11, p. 102v, registro 626.

⁵ ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. *Registro de Pedido de Passaporte de Manoel Leite Brandão*, 1888. Livro 13, p. 225, registro 1242.

⁶ ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. *Registro de Pedido de Passaporte de José Leite Brandão*, 1884. Livro 11, p. 326v, registro 1969.

⁷ ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. *Registro de Pedido de Passaporte de José Leite Brandão*, 1886. Livro 12, p. 297v, registro 3577.

Nos anos seguintes, os irmãos Manoel e José Leite Brandão foram acompanhados por seus primos José Leite Brandão⁸, Antônio Leite Brandão⁹, Manoel Leite Brandão¹⁰, Francisco Leite Brandão¹¹, João Leite Brandão¹² e Manoel Maria Leite Brandão¹³. Todos mantiveram ritmo regular de viagens ao Pará, com intervalos de, aproximadamente, um ano. Conforme mencionado anteriormente, todos os membros da família que emigraram declararam a ocupação de “marítimo”. Esse dado sugere que, para além dos laços familiares e de conterraneidade, os Leite Brandão estavam inseridos em uma rede de informações de caráter intrafamiliar, que evidenciava as oportunidades oferecidas pelos rios amazônicos e viabilizava a organização da viagem e a inserção dos recém-chegados no mercado de trabalho regional.

Dos oito familiares Leite Brandão emigrados ao Pará, e registrados na base de passaportes, três solicitaram habilitação junto ao consulado português em Belém. Esses registros consulares, também, permitiram localizar outro Leite Brandão não contabilizado nos passaportes em decorrência de sua chegada ter sido em 1871, portanto, anterior a Manoel Leite Brandão em 1882.

Com o auxílio das habilitações consulares, é possível identificar que José Leite Brandão, filho de João Leite Brandão e Rosa Gomes, chegou ao Pará, em junho de 1869. Em janeiro de 1871, ele se matriculou no consulado, declarando-se solteiro, com 39 anos, e trabalhador, condição atribuída àqueles sem profissão definida¹⁴. Em setembro do mesmo ano, o seu irmão Manoel Leite Brandão chegou ao Pará, aos 24 anos¹⁵, declarado como marítimo. Um ano depois, o primo José Leite Brandão, filho de Inácio Leite Brandão e Rosa de Oliveira chegou, igualmente, ao Pará, habilitando-se no consulado aos 29 anos como catraieiro¹⁶. Todos viajaram a bordo da barca portuguesa *Nova Palmeira*, que partiu da cidade do Porto, e não declararam endereço residencial em Belém.

O último a habilitar-se foi João Leite Brandão, em 1917, afirmando ter chegado ao Pará em 1º de fevereiro de 1908, saindo do porto de Leixões a bordo do vapor

⁸ ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. *Registro de Pedido de Passaporte de José Leite Brandão*, 1886. Livro 12, p. 233, registro 3095.

⁹ ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. *Registro de Pedido de Passaporte de Antônio Leite Brandão*, 1887. Livro 13, p. 177v, registro 1060.

¹⁰ ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. *Registro de Pedido de Passaporte de Manoel Leite Brandão*, 1892. Livro 16, p. 265, registro 1594.

¹¹ ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. *Registro de Pedido de Passaporte de Francisco Leite Brandão*, 1898. Livro 22, p. 122v, registro 728.

¹² ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. *Registro de Pedido de Passaporte de João Leite Brandão*, 1899. Livro 22, p. 341, registro 2040.

¹³ ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. *Registro de Pedido de Passaporte de Manoel Maria Leite Brandão*, 1906. Livro 27, p. 236, registro 1408.

¹⁴ ARQUIVO DO GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS. *Habilitação Consular de José Leite Brandão*, registro 2867, data 16 jan. 1871.

¹⁵ ARQUIVO DO GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS. *Habilitação Consular de Manoel Leite Brandão*, registro 3088, data 28 set. 1871.

¹⁶ ARQUIVO DO GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS. *Habilitação Consular de José Leite Brandão*, registro 3681, data 19 mar. 1873.

Valência. No consulado, João declarou ser marítimo e residir no Boulevard da República, nº 21¹⁷, moradia que compartilhava com Albino Gomes de Pinho, aveirense natural do concelho de Oliveira de Azeméis, vizinho a Ovar. À época de sua habilitação consular, Albino tinha 21 anos e estava empregado na *Casa Nicolaus & Cia.*¹⁸, tendo chegado ao Pará, pela primeira vez, aos 12 anos de idade, ainda como estudante, no ano de 1909¹⁹. Possivelmente, a sua viagem foi amparada por uma rede de contatos entre seu concelho e o de Ovar, de onde os Leite Brandão eram naturais.

O significativo número de imigrantes com ofícios marítimos que chegaram ao Pará alinhava-se às crises estruturais em Portugal e ao crescimento da indústria pesqueira na região amazônica. Esse setor adaptou-se para atender à demanda de exportação e ao consumo local, essencialmente a partir de meados do século XIX, quando houve o aumento demográfico.

As atividades pesqueiras na Amazônia dividiam-se em dois segmentos: a “grande” pesca, menos frequente e voltada ao abastecimento das indústrias locais destinadas à exportação, conduzida por grandes companhias e empresas; e a “pequena” pesca, de caráter contínuo, voltada ao consumo local (Veríssimo, 1895). Muitos dos aveirenses imigrantes, provavelmente, inseriram-se nesse último segmento, que, embora pudesse atuar de forma complementar à grande indústria pesqueira, estava voltado, sobretudo, ao atendimento das necessidades de pequenos estabelecimentos da capital e do interior. Esse ramo da pesca caracterizava-se pelo emprego de trabalhadores independentes, organizados em pequenas comunidades ou associações locais.

No início da década de 1880, a demanda por pescado em Belém aumentou, significativamente, em virtude de uma crise alimentícia provocada pela baixa qualidade e insuficiência da carne verde disponível para a população urbana. Nesse período, o pescado tornou-se a principal alternativa alimentar, exigindo o dobro ou até o triplo da produção usual (Macêdo, 2009). Em contrapartida, tanto a pesca artesanal quanto as grandes companhias pesqueiras não conseguiram atender a essa crescente demanda, o que gerou descontentamento entre a população. Tal insatisfação foi, amplamente, expressa nos periódicos da época, a exemplo da extensa nota de capa trazida pelo jornal *A Constituição*, na qual se denunciavam a escassez, a alta dos preços e a má qualidade do pescado disponível nos mercados da capital²⁰.

Diante da necessidade de expansão do setor marítimo na região e do imperativo aumento de seu capital humano, é provável que muitos aveirenses tenham sido integrados a essa estrutura, mantendo o status profissional indicado em seus

¹⁷ ARQUIVO DO GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS. *Habilitação Consular de João Leite Brandão*, registro 2221, data 28 ago. 1917.

¹⁸ ARQUIVO DO GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS. *Habilitação Consular de Albino Gomes de Pinho*, registro 2990, data 27 maio 1918.

¹⁹ ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. *Registro de Pedido de Passaporte de Albino Gomes de Pinho*, 1909. Livro 33, p. 194v, registro 1162.

²⁰ *A Constituição*, n. 19, 24 jan. 1882. p. 1. Biblioteca Nacional Digital

passaportes. Além disso, é importante considerar o papel das redes de solidariedade entre familiares e conterrâneos já estabelecidos no Pará, os quais, decerto, facilitaram a adaptação dos novos imigrantes às exigências do mercado regional, com destaque para os serviços marítimos.

Redes de sociabilidades e suas tensões

O jornal *Estado do Pará*, em várias edições, relatou algumas das experiências, não raro harmoniosas, vividas pelos aveirenses durante o trabalho nos rios. Esses relatos evidenciam que, além de momentos de solidariedade, o cotidiano nesses ambientes foi também marcado por tensões, disputas e vigilâncias. Tais dinâmicas refletem a complexidade das relações e dos interesses no mundo do trabalho, no qual não estavam em jogo apenas o desenvolvimento profissional, mas, também, a defesa das identidades nacionais e regionais, frequentemente expressas em práticas associadas ao antilusitanismo.

Na edição 345 de março de 1912, intitulada *Uma abordagem – Indivíduos que atacam e saqueiam. Quatro portugueses espancados. As vítimas em Belém*, a nota descreve um ataque sofrido pelos aveirenses Américo Maria, João Maria Fernandes Rendeiro e pelos irmãos José e Guilherme Rodrigues enquanto pescavam na ilha Tatuoca, próxima a Belém. Os pescadores foram surpreendidos por dez homens armados com “terçados e cacetes”, os quais os espancaram e mantiveram-nos em cativeiro até o amanhecer. Após serem libertados, os quatro portugueses dirigiram-se a Belém, onde registraram a ocorrência na polícia e receberam atendimento médico²¹.

Além de serem naturais da mesma freguesia em Aveiro, a Murtosa, João Maria e Américo compartilhavam o ofício de pescador, firmando uma relação de proximidade que perpassava pela origem, pela profissão e, possivelmente, pelos mesmos contextos anteriores à emigração no que tange às crises no mercado de trabalho. Além disso, ambos se mantiveram no ofício declarado ao chegarem ao Pará; no caso de Américo, o murtoseiro emigrou duas vezes e, em ambos os registros, nomeou-se pescador²². João Maria Fernandes Rendeiro, ao solicitar passaporte para o Pará, declarou-se moliceiro, viajando solteiro aos 20 anos²³. Os dois aveirenses, junto aos outros dois compatriotas, evidenciavam a existência de uma rede de afinidades profissionais e pessoais que, potencialmente, rompia o isolamento étnico.

No mês seguinte às agressões na ilha Tatuoca, o mesmo *Estado do Pará* registrou outro atentado cometido contra pescadores de origem portuguesa. Em *Ataque a dois pescadores*, o periódico relatava as agressões sofridas por Agostinho José da Cruz e o

²¹ *Estado do Pará*, n. 345, 20 mar. 1912. p. 2. Biblioteca Nacional Digital.

²² ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. *Registro de Pedido de Passaporte de Américo Maria da Silva*, 1906. Livro 27, p. 226v, registro 1349. Américo remigra ao Pará em 1909, agora com 24 anos, registrado no livro 33, p. 212, registro 1266.

²³ ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. *Registro de Pedido de Passaporte de João Maria Fernandes Rendeiro*, 1912. Livro 38, p. 141v, registro 843.

filho Antônio Maria da Cruz, quando ambos pescavam na ilha de Arapiranga, nas proximidades da capital. Enquanto recolham as redes, pai e filho foram surpreendidos por três indivíduos armados que os intimavam a suspender a pescaria. A essa exigência sucederam-se tiros, dos quais um projétil atingiu Agostinho. Após o ataque, os pescadores retornaram à embarcação e retornaram a Belém, onde o ferido apresentou queixa na estação central da polícia, seguindo para atendimento no hospital de Caridade²⁴.

A violência sofrida por Agostinho marcou a sua sétima viagem ao Pará, sempre na condição de pescador. Natural da freguesia da Murtosa, no concelho de Estarreja, Agostinho emigrou, pela primeira vez, no ano de 1898, aos 32 anos, na condição de casado e analfabeto²⁵. A partir de então, manteve remigrações em intervalos curtos, típicas de deslocamentos circulares (Truzzi, 2008), como indicam os pedidos de passaportes datados de 1899, 1901, 1903, 1905, 1907 e, por fim, 1911. Nessa última viagem, trouxe, como acompanhante, o filho Antônio Maria da Cruz, com 14 anos²⁶, possivelmente, projetando sobre ele a inserção no mercado de trabalho marítimo paraense. Essa expectativa parece ter se confirmado, uma vez que, aos 20 anos, Antônio Maria da Cruz solicitou habilitação ao consulado português em Belém, declarando o ofício de marítimo²⁷.

Ainda no caso de Agostinho José da Cruz, além de economizar com documentos e licenças ao compartilhar o passaporte com o seu filho, ele optou por viver em uma região cuja vizinhança contribuiu para mitigar um possível isolamento pessoal e profissional, forjando um ambiente de colaboração mútua.

Ao se registrar no consulado em janeiro de 1918, Agostinho indicou a sua residência na Travessa do Cano nº 6, à beira do rio Guamá e nas proximidades do Porto do Sal, área estratégica para o escoamento e o abastecimento de produtos provenientes das ilhas próximas à capital, como o pescado. Diante disso, é provável que residisse próximo ao seu principal local de trabalho. Nessa mesma área, pai e filho compartilhavam a vizinhança com outros contrerrâneos de Aveiro, assim como o trabalho nos rios amazônicos, o que lhes permitiu estabelecer vínculos comunitários significativos, em especial para aqueles em processo de integração à nova comunidade (Truzzi, 2008). Conforme assinala Cancela (2023, p. 94), “fosse pelo ofício em comum ou pelos laços de naturalidade, muitas migrações estavam inseridas em redes de contato, apoio e inserção”.

Enquanto moradores na casa de número 6 na Travessa do Cano, Agostinho e o filho Antônio compartilhavam a residência com o primo João Evangelista da Cruz,

²⁴ *Estado do Pará*, 18 abr. 1912. p. 1. Biblioteca Nacional Digital.

²⁵ ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. *Registro de Pedido de Passaporte de Agostinho José da Cruz*, 1898. Livro 21, p. 359v, registro 2152.

²⁶ ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. *Registro de Pedido de Passaporte de Agostinho José da Cruz*, 1898. Livro 36, p. 10, registro 57.

²⁷ ARQUIVO DO GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS. *Livro de Registro de Habilitação Consular, Antônio Maria da Cruz*, registro 3019, data da habilitação 8 jun. 1918.

também pescador, chegado ao Pará em janeiro de 1911²⁸; na casa de número 5, residia Antônio Rodrigues Farujo, marítimo, natural do concelho de Ovar²⁹ com dois passaportes registrados no Pará datados de 1905³⁰ e 1912³¹; na residência de número 4, moravam os pescadores Joaquim José Henriques, chegado ao Pará em 1911³², e Antônio Joaquim de Oliveira³³; e, finalmente, o marítimo João Luiz da Costa residente na travessa do Cano “sem número”³⁴ com duas viagens ao Pará, sendo a primeira em 1912³⁵ e a segunda em 1918³⁶.

Com exceção de Antônio Rodrigues Farujo, natural do concelho de Ovar, todos os demais pescadores e marítimos, residentes na Travessa do Cano, eram naturais do concelho de Estarreja e compartilhavam a mesma freguesia de origem, a Murtosa. Essa situação insinua o impacto significativo da circulação de informações que as redes sociais exerciam sobre os indivíduos – informações estas que poderiam estar circunscritas em círculos familiares ou em redes mais extensas, que transmitiam informações para toda uma aldeia, como a freguesia da Murtosa, ou para uma microrregião (Truzzi, 2008), como o concelho de Estarreja. Essa dinâmica conferia mais segurança aos interessados na experiência migratória e sustentava a permanência das relações de confiança transnacionais que atravessavam gerações (Tilly, 2007).

Além da pesca, alguns aveirenses encontraram na carpintaria naval paraense uma oportunidade de integração. Foi o caso de Manoel Fernandes de Oliveira, natural da freguesia da Murtosa, que viajou, pela primeira vez, ao Pará em 1906, solteiro, e, aos 26 anos, declarando-se calafate³⁷. Em 1912, ele remigrou ao Pará, casado e exercendo o mesmo ofício³⁸. Voltamos a ter notícias de Manoel Fernandes apenas em 1918, ano em que apareceu na primeira página do jornal *Estado do Pará*, em nota intitulada *O grave problema dos transportes: no Pará já se constroem grandes navios*³⁹.

²⁸ ARQUIVO DO GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS. *Livro de Registro de Habilitação Consular, João Evangelista da Cruz*, registro 3018, data da habilitação 8 jun. 1918.

²⁹ ARQUIVO DO GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS. *Livro de Registro de Habilitação Consular, Antônio Rodrigues Farujo*, registro 2153, data da habilitação 5 jun. 1917.

³⁰ ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. *Registro de Pedido de Passaporte de Antônio Rodrigues Farujo*, 1905. Livro 27, p. 178v, registro 1064.

³¹ ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. *Registro de Pedido de Passaporte de Antônio Rodrigues Farujo*, 1912. Livro 39, p. 19v, registro 112.

³² ARQUIVO DO GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS. *Livro de Registro de Habilitação Consular, Joaquim José Henriques*, registro 2750, data da habilitação 1 mar. 1918.

³³ ARQUIVO DO GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS. *Livro de Registro de Habilitação Consular, Antônio Joaquim de Oliveira*, registro 2751, data da habilitação 11 mar. 1918.

³⁴ ARQUIVO DO GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS. *Livro de Registro de Habilitação Consular, João Luiz da Costa*, registro 2197, data da habilitação 30 jul. 1917.

³⁵ ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. *Registro de Pedido de Passaporte de João Luiz da Costa*, 1912. Livro 38, p. 315v, registro 1908.

³⁶ ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. *Registro de Pedido de Passaporte de João Luiz da Costa*, 1918. Livro 42, p. 391v, registro 2223.

³⁷ ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. *Registro de Pedido de Passaporte de Manoel Fernandes de Oliveira*, 1906. Livro 27, p. 404, registro 2414.

³⁸ ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. *Registro de Pedido de Passaporte de Manoel Fernandes de Oliveira*, 1912. Livro 37, p. 352, registro 2100.

³⁹ *Estado do Pará*. Belém, n. 2671, 4 set. 1918. p. 1. Biblioteca Nacional Digital

Na notícia, o jornalista descreveu a crise que a praça comercial do Pará enfrentava devido à falta de transportes para os produtos locais. Com a Primeira Guerra Mundial afastando, quase completamente, a navegação estrangeira no porto da capital, e com o governo central confiscando todos os navios de origem alemã, o comércio com a Europa foi reduzido a pequenas trocas com a Inglaterra e Portugal, de onde, muito raramente, vinham veleiros trazendo, no máximo, 800 toneladas de mercadorias, mesma quantidade que levavam de volta. No entanto, graças à iniciativa de “um pobre, mas inteligente português carpinteiro naval”, o cenário de crise no Pará seria amenizado. O então calafate Manoel Fernandes de Oliveira era o responsável pela construção de uma nova embarcação no estaleiro Ferro, subsidiado pela construtora Manoel Pedro & Cia, cujo proprietário, Manoel Pedro da Silva Neto, era natural do distrito do Porto (Cancela, 2023).

Na entrevista, Manoel de Oliveira contou que, antes de vir ao Pará, trabalhava na fabricação de barcos para a pesca em sua terra natal, a Murtosa. No Pará, começou a trabalhar na construção de cascos para motores movidos a gasolina. Há cerca de dois anos, concebeu o projeto de um grande veleiro, desenhado por ele mesmo, cuja construção teve início a partir da parceria firmada com Manoel Pedro & Cia. Projetado com 48 metros de comprimento, 10 metros de largura e 7 metros de pontal, a embarcação poderia carregar até 1.200 toneladas. Auxiliado por oito trabalhadores no estaleiro, Manoel Fernandes elaborava os desenhos, produzia os moldes e encaminhava às oficinas para a produção final. O tempo de fabricação da embarcação foi calculado em seis meses, tendo iniciado em 1º de julho de 1918. Ao final da entrevista, o calafate, ou construtor naval, expressou seu desejo de fabricar embarcações ainda maiores.

A trajetória de Manoel Fernandes de Oliveira ilustra como necessidades pontuais podem gerar novas demandas estruturais. O contexto da Grande Guerra e a necessidade de readequar os processos produtivos na região amazônica levaram ao aproveitamento do “saber fazer” da numerosa população imigrante, absorvendo as suas habilidades para o desenvolvimento local.

Mutualismos: organizar e proteger

Romper o isolamento dos recém-chegados não dependia apenas da iniciativa individual ou das redes sociais existentes antes do deslocamento, posto que também era necessário contar com estruturas receptoras cujas estratégias de interação já estivessem consolidadas. No Pará, diversas entidades foram criadas com o objetivo de acolher, auxiliar e promover os portugueses. Entre as mais destacadas, estavam o Grêmio Literário e Recreativo Português e a Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência do Pará. Embora essas instituições buscassem reafirmar e manter a identidade portuguesa na sociedade receptora, elas também podem ser vistas como uma compensação à falta de assistência das autoridades consulares ao grande número

de patrícios. Nesse contexto, cabia a essas iniciativas particulares a função de assistir seus associados e de manter as trocas culturais entre os territórios.

Apesar de suas afinidades oscilarem, determinados agrupamentos articularam-se em associações no intuito de amenizar isolamentos e auxiliar na integração dos sujeitos no novo lugar de moradia. Assim procederam os pescadores de Aveiro ao fundarem as próprias comunidades no Pará, nas quais buscavam tanto reafirmar e manter a identidade portuguesa na sociedade receptora quanto compensar a falta de assistência das autoridades consulares ao grande número de profissionais emigrados.

O grande número de aveirenses emigrados, sobretudo os naturais da freguesia da Murtosa, ocupados em atividades marítimas, fez-se notar de diferentes formas. Talvez a mais emblemática tenha sido a fundação da *União Protetora do Povo da Murtosa*, também chamada de *União Protetora dos Pescadores da Murtosa*, em 10 de janeiro de 1914. Participavam da associação somente o “povo da Murtosa”, potencialmente inserido nas atividades pesqueiras como o nome nos remete. Tal como em outras associações, os membros deviam ajudar-se, mutuamente, em um sistema de mutualismo que reforçava, ou pelo menos deveria reforçar, a identidade portuguesa e, mais especificamente, a identidade murtoseira. Mediante as limitadas condições de integração à sociedade local, tornava-se importante garantir a integridade e a reciprocidade entre um grupo já fragilizado pelas estruturas da terra natal e ainda afastado, além-mar, da assistência do órgão consular, o qual exercia controle restrito sobre a população portuguesa local.

Outra entidade ligada a pescadores naturais do distrito de Aveiro era a *Associação de Socorros Mútuos dos Pescadores no Pará*, cujo estatuto foi registrado em 21 de setembro de 1916, em Belém, por Manoel Fernandes Rendeiro⁴⁰. Manoel chegou ao Pará com passaporte emitido em 1911, aos 26 anos, vindo da freguesia da Murtosa⁴¹. A associação organizada por ele objetivava ações comuns já praticadas por outros institutos de socorro mútuo, a saber: assistência aos associados enfermos, exceto por “moléstias venéreas”; socorros médicos e farmacêuticos; fornecimento de passagens aos que precisassem retirar-se da capital; participação em funerais; e ampliação de uma escola na qual se ensinasse a língua portuguesa. Eram vedadas manifestações políticas ou religiosas dentro da instituição, a fim de se manterem “inalterados o respeito e interesses comuns”. Embora organizada por um português, a associação não estabelecia um padrão étnico para os membros, promovendo relações flexíveis e compatíveis com o contexto internacionalizado da Amazônia, o oposto de como procedia a *União Protetora do Povo da Murtosa*.

Embora o estatuto tenha sido registrado apenas em 1916, a associação estava ativa desde 1915, realizando diversas atividades junto à classe piscatória e marítima em

⁴⁰ CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA. Acervo Cível. Série de Estatutos. *Associação de Socorros Mútuos dos Pescadores no Pará*, caixa 1-A, estante I. 2.

⁴¹ ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. *Registro de Pedido de Passaporte de Manoel Fernandes Rendeiro*, 1911. Livro 36, p. 358, registro 1972.

Belém, também participando de eventos cívicos. Em abril de 1915, a entidade enviou à redação do *Estado do Pará* cartões a serem distribuídos, que davam direito aos portadores de receberem, junto à canoa da entidade atracada na doca do Ver-o-Peso, o peixe prometido aos pobres⁴². Em maio do mesmo ano, a associação participou das celebrações do “feito histórico de Tuyuty”, embandeirando todas as suas embarcações estacionadas no Ver-o-Peso⁴³. Em outubro, registrou a distribuição de benefícios aos seus associados no valor de 6:000\$000 réis, comprometendo-se, a partir de janeiro de 1916, a criar uma cooperativa fornecedora de gêneros alimentícios aos seus membros pelos preços de importação⁴⁴. Tais atividades, decerto, aumentaram a visibilidade da Associação, facilitando a aquisição de novos membros.

Considerando as peculiaridades de cada entidade, faz-se importante reconhecer que o exercício associativo tornou-se instrumento vital para a manutenção e a reelaboração das redes de solidariedade entre aqueles que compartilhavam o mesmo ofício, superando, com frequência, os marcadores de origem. Importa considerar, ainda, que esses espaços, enquanto ambientes de relativa autonomia dos trabalhadores, mostravam-se propícios à construção de redes de solidariedade e à formulação de mecanismos de resistência. Tal dinâmica decorria, sobretudo, do fato de que esses locais lhes ofereciam certa proteção em relação à vigilância exercida por grupos potencialmente repressores, como aqueles responsáveis pela difusão do discurso antilusitano (Scott, 2013). Com foco nos ofícios ligados às águas, possivelmente pouco auxiliados pelas associações existentes, entende-se a necessidade que pescadores e marítimos tinham de defender as suas demandas por meio de entidades legalmente estabelecidas e socialmente reconhecidas que pudessem legitimar suas reivindicações.

Considerações finais

As informações dispostas nos registros de passaportes dos portugueses naturais de Aveiro, emigrados ao Pará, combinadas a outros corpos documentais como as habilitações consulares e os periódicos, constituem importantes instrumentos para romper com engessamentos historiográficos consolidados ao longo dos anos. Tais leituras tendem a enquadrar os imigrantes de origem portuguesa como força de trabalho predominantemente vinculada ao setor terciário da economia, relegando a atuação em outros setores a um estatuto de exceção. No entanto, a documentação evidencia a existência contínua de diversidade e complexidade nas relações estabelecidas nos espaços de trabalho e de moradia.

⁴² *Estado do Pará*. Belém, n. 1460, 13 abr. 1915. p. 3. Biblioteca Nacional Digital.

⁴³ *Estado do Pará*. Belém, n. 1502, 25, maio 1915. p. 2. Biblioteca Nacional Digital.

⁴⁴ *Estado do Pará*. Belém, n. 1657, 27 out. 1915. p. 2. Biblioteca Nacional Digital.

As interações estabelecidas pelos sujeitos em outro ambiente e as estruturas da sociedade em que se inserem tendem a colocá-los em uma nova realidade, com distintas dinâmicas e regras, consolidando, assim, a noção de pluralidade. Portanto, tão relevante quanto as histórias dos grandes personagens enriquecidos pela liquidez econômica da borracha amazônica, entre comerciantes, seringalistas e barões, são as tramas vividas por outra expressiva parcela de imigrantes, comumente ausentes de revistas, colunas sociais e discursos de autoridades. Ainda que pouco visibilizados, esses indivíduos contribuíram, de forma decisiva, para a diversidade e a complexidade das relações sociais locais no transcurso do tempo, com destaque para aqueles que se aventuraram pelos rios amazônicos.

Notas sobre a autoria

Anndrea Caroliny da Costa Tavares é Doutora em História Social da Amazônia, com ênfase em População e Sociedade. Mestra em História, com ênfase em História Social da Amazônia (PPHIST UFPA). Graduada em Licenciatura/Bacharelado em História pela Universidade Federal do Pará (2013). Servidora Pública na Secretaria Municipal de Educação Belém/Pará. Tem experiência em técnicas básicas de limpeza e conservação de documentos históricos, como também de organização de acervos (judiciários e paroquiais). Suas áreas de interesse são: História da Amazônia, História do Brasil Imperial, Imigração e Imigração portuguesa.

Referências

Documentos

a) Arquivos

Arquivo Distrital de Aveiro, Livros de Pedidos de Passaportes

Agostinho José da Cruz, 1898. Livro 21, p. 359v, registro 2152.

Agostinho José da Cruz, 1898. Livro 36, p. 10, registro 57.

Albino Gomes de Pinho, 1909. Livro 33, p. 194v, registro 1162.

Américo Maria da Silva, 1906. Livro 27, p. 226v, registro 1349.

Américo Maria da Silva, 1909. Livro 33, p. 212, registro 1266.

Antônio Leite Brandão, 1887. Livro 13, p. 177v, registro 1060.

Antônio Rodrigues Farujo, 1905. Livro 27, p. 178v, registro 1064.

Antônio Rodrigues Farujo, 1912. Livro 39, p. 19v, registro 112.

João Leite Brandão, 1899. Livro 22, p. 341, registro 2040.

João Luiz da Costa, 1912. Livro 38, p. 315v, registro 1908.

João Luiz da Costa, 1918. Livro 42, p. 391v, registro 2223.

João Maria Fernandes Rendeiro, 1912. Livro 38, p. 141v, registro 843.

José Leite Brandão, 1883. Livro 11, p. 102v, registro 626.

José Leite Brandão, 1884. Livro 11, p. 326v, registro 1969.

José Leite Brandão, 1886. Livro 12, p. 233, registro 3095.

José Leite Brandão, 1886. Livro 12, p. 297v, registro 3577.

Francisco Leite Brandão, 1898. Livro 22, p. 122v, registro 728.

Manoel Fernandes de Oliveira, 1906. Livro 27, p. 404, registro 2414.

Manoel Fernandes de Oliveira, 1912. Livro 37, p. 352, registro 2100.

Manoel Fernandes Rendeiro, 1911. Livro 36, p. 358, registro 1972.

Manoel Leite Brandão, 1882. Livro 11, p.6v, registro 35.

Manoel Leite Brandão, 1888. Livro 13, p. 225, registro 1242.

Manoel Leite Brandão, 1892. Livro 16, p. 265, registro 1594.

Manoel Maria Leite Brandão, 1906. Livro 27, p. 236, registro 1408.

Arquivo do Grêmio Literário Português, Base de Dados dos Livros de Registros das Habilitações Consulares

Albino Gomes de Pinho, registro 2990, data da habilitação 27 maio 1918.

Antônio Rodrigues Farujo, registro 2153, data da habilitação 5 jun. 1917.

Antônio Joaquim de Oliveira, registro 2751, data da habilitação 11 mar. 1918.

Antônio Maria da Cruz, registro 3019, data da habilitação 8 jun. 1918.

João Evangelista da Cruz, registro 3018, data da habilitação 8 jun. 1918.

João Leite Brandão, registro 2221, data da habilitação 28 ago. 1917.

João Luiz da Costa, registro 2197, data da habilitação 30 jul. 1917.

Joaquim José Henriques, registro 2750, data da habilitação 1 mar. 1918.

José Leite Brandão, registro 2867, data da habilitação 16 jan. 1871.

José Leite Brandão, registro 3681, data da habilitação 19 mar. 1873.

Manoel Leite Brandão, registro 3088, data da habilitação 28 set. 1871.

Centro de Memória da Amazônia

Acervo Cível. Série de Estatutos. *Associação de Socorros Mútuos dos Pescadores no Pará*, caixa 1-A, estante I. 2.

b) Jornais

A Constituição. Belém, n. 19, 24 jan. 1882. Biblioteca Nacional Digital.

Estado do Pará. Belém, 18 abr. 1912. Biblioteca Nacional Digital.

Estado do Pará. Belém, n. 345, 20 mar. 1912. Biblioteca Nacional Digital.

Estado do Pará. Belém, n. 1460, 13 abr. 1915. Biblioteca Nacional Digital.

Estado do Pará. Belém, n. 1502, 25 maio 1915. Biblioteca Nacional Digital.

Estado do Pará. Belém, n. 1657, 27 out. 1915. Biblioteca Nacional Digital.

Estado do Pará. Belém, n. 2671, 4 set. 1918. Biblioteca Nacional Digital.

O Liberal do Pará. Belém, n. 44, 22 fev. 1889. Biblioteca Nacional Digital.

Bibliografia

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha. *As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

CANCELA, Cristina Donza; BARROSO, Daniel Souza. *Casamentos portugueses em uma capital da Amazônia*. Perfil demográfico, normas e redes sociais. Belém (1891-1920). *História Unisinos*, v. 15, n. 1, p. 60-70, jan./ abr. 2011.

CANCELA, Cristina Donza. “Rua Bragança n. 3”: Imigração portuguesa, redes sociais, trabalho e moradia (Belém, 1834-1930). In: CANCELA, Cristina Donza; Castro, Lara. (org.). *Nortes migrantes: deslocamentos, trajetórias e ocupações na Amazônia brasileira*. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. p. 89-105.

CANCELA, Cristina Donza; TAVARES, Anndrea. Mulheres, imigração portuguesa e gênero. In: CANCELA, Cristina Donza et al. (org.). *História das mulheres na Amazônia: Pará, século XVIII aos dias atuais*. São Paulo: Livraria da Física, 2023. p. 205-226.

CARVALHO, Marcos Antônio de. *Bebendo açaí comendo bacalhau: perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do XX*. 2011. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Porto, Porto, 2011.

FONTES, Edilza Joana de Oliveira. *O pão nosso de cada dia: trabalhadores e indústria da panificação e a legislação trabalhista (Belém, 1940-1945)*. Belém: Paka-Tatu, 2002a.

FONTES, Edilza Joana de Oliveira. *Preferem-se portugueses (as): trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*. 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002b.

IMÍZCOZ, José Maria. Actores, redes, processos: reflexiones para uma historia más global. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, v. 5, p. 115-

140, 2004. Disponível em:

<https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5056> Acesso em: 3 fev. 2026.

LOPES, Maria Tereza Braga Soares. *Correntes de opinião pública e emigração legal no Distrito de Aveiro (1882-1894)*. Porto: CEPESSE, 1995.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. Daquilo que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850- 1900). 2009. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

OLIVEIRA, Monsenhor Miguel de. *O Furadouro e sua história antiga*. Ovar: Museu de Ovar, 2007.

PEREIRA, Marco. *Breve História do Concelho da Murtosa*. Murtosa: Câmara Municipal da Murtosa, 2016.

SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência*: discursos ocultos. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa: Livraria Letra Livre; Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2013.

TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa. *Em busca das “Patacas”*: patrimônio de portugueses na economia da borracha (Belém, 1840-1930). 2017. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa. *“Partindo mais ou menos pobre, voltando mais ou menos rico”*: a emigração de aveirenses ao Pará (1882-1918). 2021. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

TILLY, Charles. Trust networks in transnational migration. *Sociological Forum*, v. 22, n. 1, p. 3-24, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1573-7861.2006.00002.x>

TRUZZI, Oswaldo. “Redes em processos migratórios”. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.

VERISSÍMO, José. *A pesca na Amazônia*. Rio de Janeiro; São Paulo: Livraria Clássica de Alves & C, 1895. Monographias Brasileiras.